

A formação de técnicos agrícolas para o desenvolvimento territorial dos espaços da agricultura familiar: Uma análise com egressos do curso PROEJA do IFPE-Campus Vitória de Santo Antão

Technical Training for Agricultural Territorial Development of Family Farming Spaces: An Analysis with Students of PROEJA IFPE-Campus Vitoria de Santo Antão

Maria Liliane Luna de Araújo
Universidade Federal Rural de Pernambuco
mlunaaraujo@bol.com.br

Maria Aparecida Tenório Salvador da Costa
Universidade Federal Rural de Pernambuco
aparecidatcosta@hotmail.com

Fecha de recepción: 1 de septiembre de 2016

Fecha de recepción evaluador: 1 de octubre de 2016

Fecha de recepción corrección: 1 de noviembre de 2016

Resumo

O Desenvolvimento Territorial dos espaços agrícolas transcende as concepções de espaço estatizado, sendo a mobilização das forças locais determinantes nesse processo; assim, é imperioso a formação dos atores sociais locais, agricultores familiares, os quais são responsáveis pelas melhorias desse território. Diante disso, o presente artigo teve como objetivo analisar como a formação do técnico em agricultura familiar, no Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia-IFPE-Campus Vitória de Santo Antão, tem contribuído para viabilizar o desenvolvimento territorial dos espaços da agricultura familiar. Para tanto, este estudo utilizou-se de pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturada, com alunos egressos do curso Técnico em agricultura Familiar na

Modalidade de Jovens e Adultos-PROEJA que forneceram informações relevantes para perceber como o agricultor com formação técnica se situa num contexto territorial agrícola pautado na perspectiva do desenvolvimento sustentabilidade. Os resultados demonstram que mesmo o conceito de Desenvolvimento Territorial tendo sido abordado de forma muito abrangente durante o curso, a formação contribuiu para formação de sujeitos mais empoeirados em relação aos seus territórios, seja pela utilização de práticas agrícolas dentro de uma concepção mais sustentável, ou pelas aquisições de conceitos de responsabilidade social, cultural e política para o Desenvolvimento Territorial. Percebe-se, portanto, que tais agricultores, detentores de saberes práticos, ao se apropriarem de conhecimentos técnico científico promovem melhorias em seus territórios.

Palavras-chave: Desenvolvimento Territorial; Agricultura Familiar; Formação; Técnico Agrícola; PROEJA.

Resumen

El desarrollo territorial de los espacios agrícolas está más allá de las concepciones del espacio estatal, y la movilización de las fuerzas locales es algo decisivo en este proceso, entonces es imprescindible la formación de actores sociales locales, los agricultores, que son responsables de las mejoras de ese territorio. Por lo tanto, este artículo pretende analizar cómo la formación de técnica en la agricultura familiar, del Instituto Federal de Educación, Ciencia e Tecnología de Pernambuco campus Vitória de Santo Antão – IFPE Vitória- ha contribuido a permitir el desarrollo territorial de las áreas de la agricultura familiar. Por lo tanto, este estudio utilizó la literatura y entrevistas semiestructuradas con el curso para estudiantes agricultores, el curso Técnico en Agricultura Familiar en el modo de jóvenes y adultos - PROEJA que proporciona información relevante para entender cómo los agricultores si capacitan técnica es en un contexto territorial rural guiado en la perspectiva del desarrollo sustentable. Los resultados demuestran que incluso el concepto de desarrollo territorial se han abordado de manera muy general durante el curso, la carrera ha contribuido a la formación de sujetos con mayor poder de decisión en relación con sus territorios, ya sea mediante el uso de prácticas agrícolas dentro de un diseño más sostenible, o la adquisición de conceptos de responsabilidad social, territorial o desarrollo cultural y político. Concluyese por tanto, que estos agricultores, poseedores de conocimientos prácticos cuando se apropian de conocimientos técnicos y científicos promueven cambios en sus territorios.

Palabras clave: Desarrollo territorial; La agricultura familiar; Formación; Técnico agrícola, PROEJA.

Abstract

The Territorial Development of agricultural land transcends the conceptions of space nationalized, and the mobilization of local forces decisive in this process; thus, it is imperative the formation of local social actors, farmers, who are responsible for the improvements that territory. Thus, this article aims to analyze how the technical formation does family farming, the Federal Institute of Science Education and Technology-OPSI-Campus Vitoria de Santo Antão has contributed to enable the territorial development of the areas of family farming. Therefore, this study used the literature and semi-structured interviews with course graduates students Technician Family farming in Youth Mode and Adult-PROEJA that provided relevant information to understand how the farmers with technical training is in a rural territorial context guided in the development sustainability perspective. The results demonstrate that even the concept of territorial development have been addressed very comprehensively during the course, the training contributed to training more empowered subjects in relation to their territories, either by the use of agricultural practices within a more sustainable design, or the acquisition of concepts of social responsibility, cultural and policy territory or development. Perceived therefore, that such farmers, practical knowledge holders to take ownership of technical and scientific knowledge promote improvements in their territories.

Keywords: Territorial Development; Family Farming; Formation; Agricultural Technician, PROEJA.

Introdução

A agricultura familiar é considerada essencial ao Desenvolvimento Territorial dos espaços rurais, pois mesmo sufocada pelo modelo econômico das grandes propriedades, sempre teve uma significativa participação na produção agrícola do país (Wanderley, 2009). Ainda que em desvantagens, em relação ao agronegócio, tendo em vista que distribuição dos recursos públicos à política agrícola no Brasil, onde para o período de 2015/2016 foram destinados R\$ 187,7 bilhões para agricultura empresarial (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015) e apenas R\$ 28,9 bilhões foi disponibilizado para a agricultura familiar, que atualmente é responsável por aproximadamente 70% dos alimentos que chegam às mesas dos brasileiros (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2016a). Nesse contexto, os sujeitos pertencentes a esses territórios são os principais responsáveis pelo desenvolvimento do local onde vivem, visto que “É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social” (Santos, 2005, p. 255).

Sabendo que “a educação cria condições indispensáveis ao desenvolvimento” (Nascimento, 2000, p. 96), apesar da trajetória histórica do Brasil ser marcada pela permanência na propriedade rural, daqueles que não tiveram oportunidade para os estudos, faz-se necessário pensar um processo de formação educacional que colabore para emancipação desses sujeitos incentivando-os a serem cada vez mais protagonistas do desenvolvimento de seus territórios.

Sobre a educação no meio rural, uma das conjunturas básicas sobre a inovação e território referem-se à dinâmica de aprendizagem, valorização das práticas educativas e da cultura local. O oposto dessa perspectiva é que “se a formação for estritamente profissional e não estiver associada a permanência e busca de oportunidades locais de desenvolvimento, o máximo que poderá acontecer é que a região se torne uma exportadora de mão de obra” (Abramovay, 2000, p. 389).

Considerando os elementos tocantes à formação dos sujeitos rurais, o Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) Campus Vitória de Santo Antão, tem oportunizado aos agricultores familiares uma formação técnica através do curso de Ensino Médio Integrado ao curso Técnico em Agricultura Familiar na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos). A partir do processo formativo ofertado pelo IFPE-Campus Vitória de Santo Antão, cabe questionar: Quais características podem ser observadas na relação formação e desenvolvimento territorial? Em que medida a formação do técnico agrícola tem possibilitado ao agricultor perceber-se enquanto sujeito de seu território na perspectiva sustentável? A formação do técnico tem favorecido melhorias para agricultura familiar em seus territórios?

Esses questionamentos deram origem ao presente trabalho que tem como objetivo: analisar como a formação do técnico agrícola, obtida no Curso de Agricultura Familiar na Modalidade PROEJA, do Campus Vitória de Santo Antão do IFPE, tem contribuído para viabilizar o desenvolvimento territorial dos espaços agrícolas.

A formação para o desenvolvimento territorial da agricultura familiar

Relacionar formação e desenvolvimento territorial, implica considerar conhecimentos e aprendizagens a serem aplicados pelos sujeitos em determinado lugar, ou seja, a educação pode ser entendida como articuladora de saberes para a ação que acontece num território campo de atuação, haja vista que ela “é fundamental para o desenvolvimento, ela cria condições indispensáveis ao desenvolvimento” (Nascimento, 2000, p. 96).

Nessa perspectiva, o Desenvolvimento Territorial Local é reconhecido pela valorização que imprime ao sujeito endógeno e às potencialidades locais, bem como pela participação social, pelas melhorias produtivas de comercialização, produção e renda e, ainda, envolve as articulações sociais, políticas, culturais e sustentabilidade, pois segundo De Jesus (2003), o conceito de desenvolvimento local, refere-se a:

“Um esforço localizado e concentrado, isto é, são lideranças, instituições, empresas e habitantes de um determinado lugar que se articulam com vistas a encontrar atividades que favoreçam mudanças nas condições de produção e comercialização de bens e serviços de forma a proporcionar melhores condições de vida aos cidadãos e cidadãs, partindo da valorização e ativação das potencialidades e efetivos recursos locais” (De Jesus, 2003, p.72).

Esse mesmo autor, sinaliza que antagônico ao modelo hegemônico do desenvolvimento associado ao crescimento capitalista, o novo paradigma de desenvolvimento local está associado à produção de atividades que atendam às necessidades básicas dos grupos menos favorecidos numa visão de proteção das riquezas ambientais.

Desse modo, esse entendimento de desenvolvimento local (DL), que tem em vista a garantia de democratização política e social, envolvendo métodos que viabilizem a diminuição de diversos problemas socioeconômicos, pela participação e valorização endógena. Esse desenvolvimento acontece pelo “esforço de mobilização de pequenos grupos, na comunidade, no bairro, na rua, a fim de resolver problemas imediatos ligados às questões de sobrevivência econômica, de democratização de decisões e justiça social” (Callou & Tauk Santos, 2013, p. 481). Tendo em vista “se constituir como uma ideia-força capaz de instituir a “concertação social” (Pires, 2005, p. 59).

Ainda em relação a esse modelo de desenvolvimento local Pires (2005), provoca alguns questionamentos sobre que local é esse, associando-o a proximidade, vizinhança, bem como identidade e raízes comuns, onde se expressa laços mais intensos entre as pessoas. Um local não só marcado pela similaridade, mas pelas diferenças e diversidades, o que o torna único em relação a outros. A formação, analisada neste estudo, contempla um público proveniente de um local rural, caracterizado pela prática de agricultura familiar.

Muitos agricultores estão recebendo uma formação técnica na área agrícola, através do IFPE-Campus Vitória, que em sua história sempre ofertou cursos na área agrícola desde 02 de junho de 1954, quando era Escola de Magistério e Economia Domésticas. Atualmente, dentre os diversos cursos ofertados, se encontra o curso Técnico em Agricultura Familiar na modalidade PROEJA “com ênfase na promoção do desenvolvimento agrícola sustentável, com uma visão também voltada para a agricultura de base familiar” (MEC, 2013, p. 06).

O desenvolvimento local sustentável (DLS) vem sendo debatido com a perspectiva de conciliar o crescimento econômico com a proteção das riquezas naturais, como defende Milanez (2003), ao relaciona o surgimento do conceito de DLS ao equilíbrio dinâmico, a resiliência, diversidade, cooperação, entre outros; sinalizando para ao desafio de seguir evoluindo como sociedade sem inviabilizar a nossa própria sobrevivência.

Discutir a formação de técnicos para desenvolvimento da agricultura, implica considerar, que durante muitos anos a educação colaborou com um modelo de desenvolvimento mercadológico e produtivista, sendo a qualificação direcionada para força do trabalho, orientada ao crescimento econômico, este propósito esteve presente também no ensino agrícola, efetivado pela Lei Orgânica do Ensino agrícola-Decreto-Lei 9.613, de 20 de agosto de 1946. Esse marco legal tinha como finalidade a formação para a mão de obra, assim os conhecimentos obtidos apenas preparavam os educandos, para atender o setor primário de produção.

Existiu desde a lei orgânica do Ensino agrícola, um reforço documental que visava a preparação para a mão-de obra apesar de desfalcar os reais interesses, que se estendia também as comunidades próximas das instituições de ensino, quando o Art.71 do referido Decreto-Lei determinava que:

“Os estabelecimentos de ensino agrícola buscarão estender a sua influência educativa sobre as propriedades agrícolas circunvizinhas, que levando-lhes ensinamentos relativos aos seus trabalhos agrícolas habituais ou de matéria de economia rural doméstica, quer despertando entre a população rural interesse pelo ensino agrícola e compreensão de objetivos e feitos” (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 1946, art. 71).

Na proposta política do PROEJA, Decreto 5.840, de 13 de julho de 2006, são apresentados meios de empoeirar os sujeitos, a partir de uma formação educativa humanizadora, que forma na vida e para vida, não apenas qualificação para o trabalho.

A formação humana aqui tratada impõe produzir um arcabouço reflexivo que não atrele mecanicamente educação-economia, mas que expresse uma política pública de educação profissional integrada com a educação básica para jovens e adultos como direito, em um projeto nacional de desenvolvimento soberano, frente aos desafios de inclusão social e da globalização econômica (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007, p. 14).

É possível inferir que a noção de formação vai além da simples inclusão no mercado de trabalho, mas envolve a emancipação do cidadão.

Desenvolvimento Territorial e Agricultura Familiar

A abordagem sobre desenvolvimento territorial e agricultura requer discutir o conceito de território, como apontado por (Raffestin, 1993), para quem o território está além da noção de espaço, apesar de construído a partir deste, pois transcende algo dado, resulta de um produto obtido pela ação de sujeitos sociais, assim são os sujeitos de um determinado espaço que o territorializa, contudo “o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço” (Raffestin, 1993, p. 02).

Este espaço é marcado por relações entre aspectos históricos, sociais, políticos, culturais, existindo também como abordado neste estudo, a interação homem-natureza, neste sentido a abordagem de processos endógenos são consolidados na definição de território como “uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico” (Abramovay, 2000, p. 06). Desse modo, é preciso valorizar e potencializar os sujeitos endógenos, em todos os seus aspectos, a serem contribuintes do empoeiramento dos que constroem seus territórios.

Enquanto órgão responsável pelo desenvolvimento territorial das regiões agrícolas no Brasil, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), compreende em seu objetivo a articulação, promoção e apoio as iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos em benefício do desenvolvimento de regiões que predominam os agricultores familiares (Ministério do Desenvolvimento Agrário 1, 2016b). Portanto, esse objetivo visa diminuir as desigualdades e integrar os territórios rurais no processo de desenvolvimento. Neste sentido está intrínseca a necessidade de valorizar e potencializar os sujeitos locais e suas identidades.

Sobre Desenvolvimento Territorial Local, Pires e Verdi (2009), afirmam ser um processo que envolve aptidões em desenvolver fatores relacionados à inovação, adaptação e regulação. Sendo assim, são requeridas mudanças no sentido de reavivar, de assegurar outras formas de reagir e sustentar os territórios e de prolongar a existência destes, isso acontece pela conscientização dos sujeitos acerca do poder social e do uso mais sustentável do território.

Em termos jurídicos o agricultor familiar é caracterizado por vezes, como aqueles sujeitos que se encontram enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Entretanto, Neves (2003) aponta os limites de afiliação dos agricultores familiares, sendo categorizados como sujeitos de direitos pelo PRONAF, como se pode constatar no decreto nº 1.946 de 28 de junho de 1986. Já em Wanderley (2004), os defino como sujeitos sociais, visto que estando inseridos em sociedades de exigências, precisam adaptar-se às condições modernas de

produzir e de viver em sociedade: “O agricultor familiar é um ator social da agricultura moderna, e de certa forma, ele resulta da própria atuação do estado” (Wanderley, 2004, p. 44).

No artigo 3º da lei 11.326 de 24 de junho de 2006, e as modificações determinadas pela lei 12.512 de 14 de outubro de 2011, o termo agricultor familiar passa a considerar algumas questões referindo-se aquele que pratica atividades no meio rural, e que possui algumas características, dentre as quais estão: Não deter área maior do que 4 módulos fiscais; utilizar, predominantemente, mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

O agricultor familiar, mensurado pela inserção no Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), existiu também na inscrição do curso Técnico em Agricultura Familiar na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, pois tinha um dos requisitos para participar do curso foi a comprovação de agricultor familiar mediante a cópia da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), sendo ele o titular, ou documento de algum parente de até segundo grau titular da declaração.

Ainda sobre os sujeitos da agricultura familiar, Wanderley (2009) considera-os como agricultores territoriais, pois apesar de não ter grandes propriedades, dão vida às áreas rurais, à pequena produção. Além de servir à própria subsistência, tem participação significativa no mercado, e se destacam pela segurança alimentar, pelas lutas coletivizadas, pela estabilidade e responsabilidade nos locais que habitam, pela preservação dos recursos naturais, pelas formas organizativas capazes de conquistar aliados para suas causas e por dialogar com diversas instituições.

Metodologia

No processo investigativo foi utilizada a pesquisa bibliográfica e a entrevista semiestruturada com os 12 egressos (6 agricultoras e 6 agricultores) da turma concluinte do ano de 2015, do Curso Técnico em Agricultura Familiar na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - Campus Vitória de Santo Antão, que tem o foco na educação profissional, e busca contribuir para o desenvolvimento da região ao qual está inserido” (MEC, 2013, p.08). O referente curso existe desde o ano de 2007, nessa instituição de ensino e dentre seus objetivos está o de “Promover a formação de profissionais para atuar na Agricultura, aprofundando saberes relacionados às técnicas e às tecnologias pertinentes à área” (MEC, 2013 p. 15).

A entrevista semiestruturada “se insere como meio de coleta de fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objetos da pesquisa” (Minayo, 1999, p.57). Foram realizadas as entrevistas utilizando de gravador, com egressos do Curso em agricultura

Familiar, que são agricultores familiares das comunidades rurais de Natuba, Pirituba e Mocotó do município de Vitória de Santo Antão-PE, um público inserido num território rural, mas com características distintas.

Elegeu-se como metodologia de análise das informações coletadas a Análise de Discurso, que “concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social” (Orlandi, 2005, p. 15).

Resultados

Encontra-se, no Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agricultura na modalidade PROEJA - IFPE Vitória de Santo Antão – 2013, entre os objetivos do componente curricular Geografia: “possibilitar o aluno compreender o papel das sociedades na construção do território” (MEC, 2013, p.50). Logo, o Desenvolvimento Territorial dos espaços agrícolas transcende as concepções de espaço estatizado, sendo a mobilização das forças locais determinantes nesse processo; assim, dar-se a relevância da formação dos sujeitos sociais locais, que no caso deste estudo são agricultores familiares, os quais são responsáveis pelo empoeiramento do território da agricultura familiar.

De acordo com os relatos dos entrevistados, as noções de desenvolvimento territorial não foram abordadas especificamente, mas relacionadas a outros conteúdos. Os entrevistados explicaram que o tema do desenvolvimento territorial foi contextualizado em torno de seus territórios, envolvendo reflexões enquanto sujeitos atuantes nos seus territórios, a agricultura familiar e o desenvolvimento local sustentável. “Assim não falaram muito de Desenvolvimento territorial. Assim, os professores sempre explicavam as coisas para viver melhor da agricultura, melhorar nossos plantios e viver bem melhor na nossa localidade, praticando o que aprendemos” (Entrevistado 2).

Partindo do princípio de que cada território possui sua personalidade, desde questões sociais, naturais, humana e de como estabelecem relações com outros territórios (Lipietz, 1994), os estudos sobre desenvolvimento territorial revelam que os egressos entrevistados, ainda que fazendo parte de comunidades rurais de um mesmo município, em cada espaço rural existe uma dinâmica peculiar de desenvolvimento. Os técnicos que moram na comunidade de Natuba, explicaram sobre a proximidade das hortas que influencia no desenvolvimento de suas produções “agente aprendia muito lá (*referindo-se ao IFPE*) trabalhar de forma orgânica, vou plantar orgânico e o outo passando veneno ali, aí já não é orgânico, as hortas são muito próximas” (Entrevistado 9).



Os conhecimentos adquiridos durante a formação acontecem na prática de forma mais exitosa, quando existe uma dinâmica social e organizacional dos sujeitos locais, pois os discentes inseridos na comunidade Mocotó além e que têm uma associação comunitária, se sobressaem em relação aos demais, utilizam práticas de agricultura orgânica: “Os aprendizados do curso e a associação, ajudam a gente a se sair melhor na agricultura” (entrevistado 7). Essa afirmação corrobora com o pensamento de território defendido por Pires e Verdi (2009, p. 86), quando afirmam que esse território “possui as potencialidades próprias de desenvolvimento, graças ao jogo dos agentes locais”. O desenvolvimento territorial, “possui um tecido social, uma organização complexa, feita por lações que vão muito além de seus atributos naturais” (Abramovay, 2000, p. 06).

É sabido que a chamada globalização, vem difundindo novos meios de sobrevivências e, muitas vezes, mudando a dinâmica dos territórios agrícolas, sobre essa questão (Milton Santos, 2007, p.35), informa que:

Os processos não hegemônicos tendem a desaparecer fisicamente, seja a permanecer, mas de forma subordinada, exceto em algumas áreas da vida social e em certas frações do território onde podem manter-se relativamente autônomos, isto é, capazes de uma reprodução própria.

O processo investigativo constatou que apesar de dois (02) dos entrevistados, estarem trabalhando em indústrias, fato que se deve ao incentivo dos pais pela renda incerta proporcionada pela agricultura, eles consideram essa prática como pluriatividade, já que não perdem o contato com a agricultura e têm demonstrado uma

forte identidade com o território: “gosto da liberdade da agricultura, você faz o horário do jeito que quer... pretendo viver, não deixar essa atividade” (Entrevistado 2).

A identidade com o território é um fator que merece destaque nas comunidades agrícolas, pois nos diversos lugares pode-se perceber elementos comuns de unir vários indivíduos, criando neles uma identidade específica de um sentimento de pertencimento (Pires, 2005). Essa identidade é percebida pelas organizações, relações e proximidades coletivas, que desencadeia um sentimento de pertencimento e uma forte identidade com o território (Pires & Verdi, 2009). Importa esclarecer que faz parte do Projeto Pedagógico do Curso de agricultura familiar, trabalhar “Os modos como se produzem as relações de identidades sociais” (MEC, 2013, p.10).

Ainda sobre a pluriatividade, ela se dá a partir das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares na realização de outras atividades, além daquelas tipicamente agrícolas, ou seja, envolve a produção de atividades agrícolas e não-agrícolas, estando relacionada às questões rentáveis, permitindo desenvolvimento na agricultura familiar. De acordo com Baumel e Basso (2004, p.139):

A pluriatividade se estabelece como uma prática social, decorrente da busca de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores, um dos mecanismos de reprodução, ou mesmo de ampliação de fontes alternativas de renda; com o alcance econômico, social e cultural da pluriatividade as famílias que residem no espaço rural, integram-se em outras atividades ocupacionais, além da agricultura.

As atividades pluriativas são consideradas instrumentos de desenvolvimento, no momento em que as formas de organização e produção familiares, possibilitam novas formas de sobrevivência e continuação de moradia no campo, garantia de reprodução, além da valorização na sociedade. Daí percebe-se a necessidade de refletir sobre o território construído, onde o espaço é apenas a matéria prima e território moldado pela ação social (Raffestin, 1993).

A formação dos técnicos em agricultura familiar está articulada ao processo de desenvolvimento local, resultando das articulações e esforços dos sujeitos de um determinado lugar de aproveitar as potencialidades locais em busca de melhores condições de vida, tendo em vista encontrar meios que contribuam na transformação produtiva, econômica e social, no conjunto de oportunidades e geração de trabalho e renda (Jesus, 2003).

A formação no IFPE - Campus Vitória vem contribuindo para práticas agrícolas mais sustentáveis, com melhoria de seus territórios, como se pode constatar nas falas dos entrevistados:

Depois do curso a gente aprendeu a prática de não agredir o solo, através de uma teoria fez a junção dos termos técnicos e das práticas na produção, só sabíamos fazer plantação com defensivo agrícola e fazia a plantação de qualquer jeito (Entrevistado 5).

Antes do curso, o conhecimento técnico que tinha era pouco, existiam algumas práticas que fazíamos e não sabíamos que era uma técnica agrícola. Passamos a conservar o solo, fazer compostagem, utilização de bio-fertilizante, deixamos de fazer queima. Isso fez com que o nosso solo melhorasse, passamos a ter uma melhor produção agrícola (Entrevistado 6).

Com essas práticas, a nossa produtividade só aumenta, melhorou nossas vidas e de nossas famílias em todos os aspectos, saúde, econômico e para a natureza (Entrevistado 8).

Através do curso, passamos a ter um conhecimento a mais na agricultura familiar, melhorou nosso território (Entrevistado 7).

Nessa perspectiva, o desenvolvimento territorial mais sustentável deve “mobilizar e explorar as potencialidades locais, garantir oportunidades sociais para a população, contribuindo para a viabilidade e competitividade da economia local, assegurando a conservação dos recursos naturais” (Buarque, 2008, p. 25).

Percebe-se que a formação do técnico, estrutura-se na forma de educação que tem o papel de possibilitar ao sujeito ampliar seus conhecimentos, validando “O direito de conhecer melhor o que já se conhece e o direito de conhecer aquilo que ainda não se conhece” (FREIRE, 2001, p. 22). Ou seja, ser oportunizado a aprimorar seus saberes, bem como aprender o que não conhecia.

O Decreto 5.840, de 13 de julho de 2006 do PROEJA, tem em vista a qualificação pelo acesso a saberes e conhecimentos técnicos e científicos produzidos historicamente pela humanidade, de forma a compreender e atuar no mundo em busca de melhorias de vida e direcionado a construir uma sociedade mais justa (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007). A formação dos técnicos em agricultura familiar, possibilitou também autorizar esses sujeitos: “Antes do curso sabíamos pouco dos nossos direitos, das palavras técnicas; reproduzíamos aquilo que aprendíamos com os pais” (Entrevistado 1).

O curso de formação de técnico agrícola é relevante para o desenvolvimento territorial agrícola, no momento em que a atuação desse técnico poderá melhorar o contexto agrícola. Segundo Lima (2009, p.03) “A realidade agrícola do nordeste brasileiro se modificaria, para melhor, se em cada propriedade rural comportasse um técnico agrícola”.

Portanto, em nossos estudos, a formação do técnico em agricultura familiar tem propiciado perceber a noção de território, além de um espaço estatizado, pois “O território são formas, mas os territórios usados são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, de espaço habitado” (Santos, 2005, p. 255). O território agrícola passa a ter outro sentido pelo campo de relações, vivificado pelas ações humanas, neste estudo pelos agricultores, que por meio da formação profissional, atualmente também são técnicos agrícolas.

Conclusão

O conceito de Desenvolvimento Territorial, trabalhado durante a formação do Técnico Agrícola, através do curso de Ensino Médio Integrado ao curso Técnico em Agricultura Familiar na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos–PROEJA, do IFPE- Campus Vitória de Santo Antão, dá-se relacionado a outros conteúdos. Entretanto, percebeu-se que mesmo assim, os conhecimentos adquiridos possibilitaram aos egressos se perceberem como sujeitos sociais de seus territórios agrícolas, numa perspectiva mais sustentável.

No que se refere à formação como instrumento para melhorias para agricultura familiar de seus territórios, os entrevistados discorreram situações que transcende a formação, visto que cada território possui sua identidade. Logo, nos casos em que existe mobilização dos sujeitos locais, por meio de associações, esses conseguem se sobressair e os conhecimentos adquiridos durante a formação são mais visíveis.

Portanto, existem transformações nas práticas do agricultor familiar, pelos conhecimentos técnicos adquiridos durante o processo formativo no curso do PROEJA, possibilitando melhorias para seus territórios agrícolas. Percebe-se, assim, a importância de uma formação profissional que contribua com o empoderamento dos sujeitos e que emancipados possam ser protagonistas dos territórios onde vivem. Ficando aberta mais pesquisas sobre a temática desse estudo, inclusive da continuidade formativa dos técnicos agrícolas formados no PROEJA.

Referências

- Abramovay, R. (2000). *O capital social dos territórios: Repensando o desenvolvimento rural*. São Paulo: Revista Economia Aplicada, número 2, vol. IV.
- Baumel, A.; Basso, L. C. (2014) *Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural*. In: Camargo, Gisele; Camargo Filho, Maurício; Fávaro, J. L. (Org.) *Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar*. Guarapuava – Paraná: Ed. Unicentro.

- Buarque, S. C. (2008). *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. Rio de Janeiro: Garland. 4ª. ed.
- Ministério do Desenvolvimento Agrário. (22 de agosto. 1946). *Decreto-Lei nº 9.613 de 20 de agosto de 1946. Lei Orgânica do Ensino agrícola*. Brasília, DF: Diário Oficial da república federativa do Brasil, poder Executivo. Disponível em: <<http://googl/vjerwm>>. Acesso em: 28 de outubro 2016.
- Diário-DF-Diário. (25 de julho de 2006). *Lei 11.326 de 24 de julho de 2006*. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília - DF: Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo. Disponível em: <<http://goo.gl/KY1w3P>>. Acesso em 20 de agosto. 2015.
- Callou, Â. B.; Tauk S.; Salett, M. (2013). Extensão Pesqueira e Gestão do Desenvolvimento Local. In: *Extensão Rural-extensão pesqueira: estratégia de comunicação para o Desenvolvimento*. Recife: FASA.
- De Jesus, P. (2003). Desenvolvimento local. In: Cattani, A. D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Vaz Editores.
- Freire, P. (2001). O projeto popular para o Brasil. In: Caldart, R. S. & Kolling, E. J. (Orgs.). *Paulo Freire: um educador do povo*. São Paulo: Ed. Peres.
- Lima, I. S. (2000). *A Formação do técnico agrícola como mediador entre as novas tecnologias e o contexto rural no Nordeste do Brasil*. In: V. Congreso de asociación Latinoamericana de investigadores de la comunicación (ALAIIC). Santiago-Chile. Disponível em <http://goo.gl/fTOxOT>. Acesso em 20 de agosto de 2015.
- Lipietz, A. (1994) O local e o global: Personalidade regional ou inter-regional idade? *Espaço e Debates*. Vol.38. São Paulo. Núcleo de Estudos regionais e Urbanos-NERU.
- Martí, J. (2005). *O retorno do território*. En: OSAL: Observatório Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun.2005). Buenos Aires: CLACSO. --ISSN 1515-3282. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>> Acesso em: jun. de 2015.
- MEC. Ministério da Educação. (2013). *Projeto Pedagógico do Curso Técnico em agricultura –Proeja*. IFPE Vitória de Santo Antão.

- Milanez, F. (2003). Desenvolvimento Sustentável. In: Cattani, A. D. (Org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Vaz Editores.
- Ministério da Educação. (2007). Secretaria de Educação Profissional Tecnológica, Documento Base do PROEJA, Brasília, DF: MEC.
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. (2015). *Plano Agrícola e Pecuário 2015-2016*. Brasília-DF: Secretaria de Política Agrícola. Mapa/SPA. Disponível:<http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/Cartilha_PAP_2015_16_Publicada.pdf>. Acesso em 28 de outubro de 2016.
- Ministério do Desenvolvimento Agrário. (2016a). *Plano safra (2015/2016)*. Brasília-DF. Disponível:<<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultores-familiares-j%C3%A1-podem-acessar-cr%C3%A9dito-do-plano-safra-20152016>>. Acesso em 28 de outubro de 2016.
- Ministério do Desenvolvimento Agrário. (2016b). *Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT)*. Brasília-DF. Disponível:<<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/sdt/apresenta%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em 28 de outubro de 2016.
- Minayo, M. C. de S. (org.). (1999). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 14a. ed. Petrópolis: Vozes.
- Do Nascimento, E. P. (2000). *Educação e desenvolvimento na contemporaneidade: Dilema ou desafio?* In: Ciências, ética e sustentabilidade: desafios do Novo século? Org. Marcelo Bursztyrn. -São Paulo: Cortez Editora.
- Neves, D. P. (2012) Agricultura familiar: In. CALDART, Roseli et al. (Org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular.
- Orlandi, E. P. (2005). *Análise de Discurso: Princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes.
- Pires, E.; Verdi, A. (2009). A Mobilização dos territórios para arranjos produtivos Locais. In: Silveira, M. (et.al) (org.) *Questões nacionais e regionais do território brasileiro*. São Paulo: Expressão Popular.
- Pires, M. L.; Silva, L. (2004). Tendências atuais dos estudos sobre cooperativismo. In: *O cooperativismo agrícola em questão: a trama das relações entre o projeto e a prática em cooperativas do Nordeste do Brasil e do Leste do (Quebec) do Canadá*. Recife: editora Massangana.
- Raffestin, C. (1993). *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática.

Santos, M. (2007). *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record.

Wanderley, M. N. B. (2004). Agricultura familiar e campesinato: Rupturas e continuidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*. 21 Rio de Janeiro: UFRRJ.

Wanderley, M. N. B. (2009). O Agricultor familiar no Brasil: Um ator social da construção do futuro, Maria de Nazaré Baudeal Wanderley-In PERTERSON, P (ORG). *A Agricultura Camponesa na Construção do Futuro- Agriculturas experiências agroecológicas*. Rio de Janeiro. AS-PTA.